



SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO-CC

CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 019/2022

CS COSTA COMERCIO E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELLI, já qualificada nos autos em epígrafe, vem com o devido respeito e acatamento perante V. S^a, nos termos do art. 165, I, “c” da Lei 14.133/21, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** pelos motivos de fato e de direito a seguir expostos:

DA SÍNTESE FÁTICA.

A recorrente está participando do processo licitatório cujo objeto consiste na **“REALIZAÇÃO DE CONCORENCIA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO ESPECIALIZADO NA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE RESTAURO DO VIADUTO CARAMURU, LOCALIZADO NO CENTRO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA/ES.”**.

Ocorre que ao analisar a capacidade técnica-profissional da recorrente, a Comissão decidiu inabilitá-la por entender que não foi atendido o item 13.5.2.3 do edital, entendimento esse o qual não comungamos que nos motiva a vir perante V.S^a apresentar o presente recurso, conforme fundamentação alhures.

DOS FUNDAMENTOS.

Ao contrário do que decidiu a Comissão, a recorrente atendeu ao item solicitado, esse alegado está materializado por meio da juntada do acervo técnico do profissional RICARDO FERRAZ DA SILVA, dando conta da realização do serviço de restauro (recomposição de concreto) no ginásio poliesportivo de Itabaiana. Mucurici/ES.

Nota-se que a atividade desenvolvida respeitou a metodologia de um serviço de reparo, haja vista que consistiu numa recomposição o que não trouxe inovação à estrutura física do imóvel ou em seu caráter cultural, enquadrando-se perfeitamente no conceito de reparo.

Importante frisar que o edital trouxe o item 13.5.2.3 em seu sentido *lato*, ou seja, nenhuma especificação fora exigida. Diante de tal verdade, não pode nessa fase do processo licitatório a Comissão buscar especificar o item, inabilitando a recorrente.

A decisão tomada além de frustrar o caráter competitivo, fere frontalmente o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

Salta aos olhos o fato de que a Comissão adotou uma interpretação restritiva do item em foco. O princípio da vinculação ao edital é corolário dos princípios da impessoalidade, legalidade e moralidade, segundo o qual o edital é ato normativo subordinado à lei, Constituição Federal, e vinculante, devendo ser observado tanto pela Administração Pública quanto pelos licitantes.

A administração deve pautar suas ações na mais estrita previsibilidade, obedecendo aos princípios e normas previstas no ordenamento jurídico pátrio. Assim, em relação ao edital não

Endereço: CRG Sobradinho, s/nº, Sítio Pai & Filho – Pavilhão II – Área Rural. Boa Esperança/ES –
CEP 29.845-000

Correspondência: Rua Cassiano Castelo, 480, Castelo Branco. Cariacica/ES – CEP 29.140-790– CX
POSTAL 0012

Fone: (27) 3070-8296 E-mail: cscosta.me@gmail.com

Se o de admitir interpretação restritiva do que nele contem, mormente se o resultado for para prejudicar o licitante.

Salienta-se que a qualificação técnica tem como escopo a verificação da habilidade ou aptidão (capacidade técnica) para a execução da pretensão contratual. Na lição de Jessé Torres Pereira Junior, *“a qualificação técnica da pessoa jurídica resulta de seu conjunto de recursos organizacional e humanos.”*.

Urge destacar que a jurisprudência é uníssona ao declarar que,

A interpretação das regras do edital de procedimento licitatório não deve ser restritiva. Desde que não possibilite qualquer prejuízo à administração e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em um universo mais amplo (MS n. 5779/DF, Min Jose Delgado). (TJSC, Apelação Cível em Mandado de Segurança n. 2012.048200-3, da Capital, rel. Des. Luiz César Medeiros, j. 13-08-2013).

Em recente debate de caso assim decidiu o TJCE:

EMENTA: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PREVISÃO EDITALÍCIA. DEMONSTRAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE POR MEIO DE OUTROS CONTRATOS JÁ FIRMADOS COM A ADMINISTRAÇÃO. EXIGÊNCIA RESTRITIVA DA COMPETITIVIDADE. POSSIBILIDADE DE COMPROVAÇÃO POR OUTROS MEIOS IDÔNEOS. PRECEDENTES DESTES TRIBUNAL. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CONHECIDAS E DESPROVIDAS. 1. Cuida-se de Reexame Necessário e de Apelação Cível, esta interposta pelo Estado do Ceará em face da sentença que concedeu a ordem no mandado de segurança impetrado por Solução Serviços Comércio e Construções Ltda contra ato tido por ilegal ou abuso praticado pelo Pregoeiro do Estado do Ceará. 2. Na sentença, o magistrado de piso entendeu que o “item 13.1. “d” do Edital do Pregão Presencial nº 2019004-ESP/NUGAD, ao exigir dos licitantes que apresentarem propostas com taxa de administração presumidamente inexequível, a comprovação de sua viabilidade somente por outros contratos similares firmados com o Poder Público, “malfez frontalmente o estatuído no artigo 3º, I da Lei nº 8.666/93, aplicável à modalidade de pregão por força do disposto no artigo 9º da Lei nº 10.520/2002, haja vista que a apreciação da exequibilidade da proposta ocorrer de maneira inflexível macula a função primordial da licitação, que é a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.” 3. Sabe-se que a Administração Pública não pode descumprir as normas e condições do edital, por se encontrar estritamente vinculada a ele (art. 41, da Lei de Licitações). Contudo, a inserção de cláusula que estipule forma de provar a exequibilidade da proposta que contrarie expressa disposição de lei permite a concessão da segurança, com o fito de afastar sua incidência, como ocorreu no caso dos autos. 4. Realmente, a limitação da prova da exequibilidade da proposta, na forma delineada no “item 13.1. “d”, revela uma vantagem àqueles licitantes que já celebraram contratos administrativos com o ente público, com taxa de administração idêntica ou inferior. 5. Com efeito, ao estabelecer forma específica por meio da qual a viabilidade da proposta poderia ser demonstrada, o ente público prevê requisito excessivamente restritivo, limitando o alcance do certame e impedindo que eventuais interessados possam buscar comprovar a exequibilidade do valor ofertado, por outros meios idôneos. 6. Remessa Necessária e Apelação Cível conhecidas e desprovidas. (TJCE- Apelação / Remessa Necessária 0196187-72.2019.8.06.0001 - Des. r Luiz Evaldo Gonçalves Leite)

DIREITO ADMINISTRATIVO. DIREITO CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. REMESSA NECESSÁRIA E RECURSO DE APELAÇÃO. LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 20180065 SEDUC/COADM. PREVISÃO EDITALÍCIA. DEMONSTRAÇÃO DA EXEQUIBILIDADE DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO POR OUTROS MEIOS IDÔNEOS. PRINCÍPIOS DA IGUALDADE, COMPETITIVIDADE E SELEÇÃO DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA. O PROPÓSITO DA LICITAÇÃO É O DE MELHOR ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO. MATÉRIA VENCIDA. REMESSA NECESSÁRIA E APELAÇÃO CONHECIDAS E IMPROVIDAS. SENTENÇA MANTIDA. I. Trata-se de Remessa Necessária e de Recurso de Apelação interposto pelo Estado do Ceará contra sentença proferida pelo MM. Juiz da 3ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Fortaleza que, nos autos de Mandado de Segurança c/c Tutela Antecipada, concedeu a segurança pleiteada, com fulcro na Lei nº 12.016/2009. II. Cinge-se o requerimento em avaliar a legalidade de procedimento do ente público ao estabelecer, em edital de procedimento licitatório (Pregão Presencial nº 20180065 SEDUC/COADM), critério de demonstração de exequibilidade de propostas que apresentassem taxa de administração inferior a 1% (um por cento) que limitava a possibilidade de comprovação somente à apresentação de contratos similares ao objeto licitado. III. A Constituição da República em seu art. 37, inciso XXI, aduz ser obrigatória a realização de procedimento licitatório nos casos de contratação pelo Poder Público de obras, serviços, compras e alienações, o qual visa selecionar a proposta mais vantajosa à Administração, assegurando, sempre, a igualdade dos participantes. IV. A Lei nº 8.666/1993, ao regulamentar dispositivo, passou a estabelecer, em seu art. 3º, que a licitação "destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos." V. Deveras, o princípio da isonomia possui cunho eminentemente constitucional e deve ser plenamente respeitado pela Administração Pública. Em tema de licitação, os princípios da competitividade e isonomia estão permanentemente vinculados. Há um liame que impede a sua desvinculação. Assim, deve a licitação estabelecer um procedimento que assegure a todos os licitantes plena igualdade de competição (art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993). VI. A restrição da prova contida no edital do certame leva ao entendimento de que o ente público confere vantagem a um número restrito de licitantes que já possuem contratos administrativos em vigor ou que já os possuíram, nos quais sejam remunerados por índices iguais ou inferiores à taxa de administração. Tais dispositivos vão de encontro aos princípios da impessoalidade e da isonomia, na medida em que o edital presume inexecutável a proposta do licitante com taxa de administração inferior a 1% (um por cento), mas que não possui contrato anterior com remuneração idêntica, devendo ser permitida a apresentação de outros meios de prova, extraindo da licitação o critério limitador da competitividade. VII. Remessa Necessária e Recurso de Apelação conhecidos e improvidos. Sentença mantida. (TJCE - Processo nº 0170275-10.2018.8.06.0001, Relator (a): INÁCIO DE ALENCAR CORTEZ NETO; Comarca: Fortaleza; Órgão julgador: 3ª Câmara Direito Público; Data do julgamento: 08/03/2021; Data de registro: 08/03/2021).

CONCLUSÃO.

Conforme demonstrado nas Razões Recursais, restou incontroverso que a requerente atendeu a integralidade dos requisitos exigidos pelo certame, fazendo-se necessário que seja revista a decisão tomada para o fim de **DECLARAR HABILITADA** a referida empresa.

DO PEDIDO.

Ex positis, requer a procedência do pleito autoral, a fim de **HABILITAR** a requerente nos termos das razões recursais expostas.



Termos em que pede deferimento

Boa Esperança- ES, 05 de dezembro de 2022.

CS COSTA COMERCIO E SERVIÇOS AMBIENTAIS EIRELLI
CNPJ nº 06.178.268/0001-02